



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

ROSIMAR GARCIA MENDES

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA**

ALEXÂNIA- GO

MARÇO - 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

ROSIMAR GARCIA MENDES

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia pela Faculdade de Educação –
FE da Universidade de Brasília – UnB/UAB

ALEXÂNIA – GO

MARÇO-2013

ROSIMAR GARCIA MENDES

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA no Curso de Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB/UAB, da Região de Alexânia - GO, com a seguinte Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues – Presidente

Anelice da Silva Batista – Membro

José Manoel Montanha da Silveira Soares– Membro

ALEXÂNIA – GO

MARÇO-2013

MENDES, Rosimar Garcia. **O desafio da inclusão escolar de estudantes com deficiência.** Brasília-DF, 2013. 49 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus filhos que estiveram comigo nos momentos bons e ruins, incentivando-me e relevando minha ausência causada pelos meus estudos, à minha mãe que sempre rezou por mim e à minha irmã que me deu um apoio muito especial.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer).

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a DEUS, a quem devo tudo o que sou. A FE UAB/UnB por ter aberto suas portas para mais um ser humano se encontrar na sociedade. A minha orientadora, Professora Fátima Lucília Vidal Farias, pela paciência, pelas sugestões, por ter acreditado na realização desta pesquisa e confiado em meus ideais. Aos professores, profissionais do pólo de apoio presencial Cora Coralina, colegas e todos os integrantes do curso graduação, que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desse Trabalho. Aos colaboradores do EMILS, pela oportunidade de realização da pesquisa e pela colaboração na coleta de informações.

Agradeço ao mundo por mudar as coisas, por nunca fazê-las serem da mesma forma, pois assim não teríamos o que pesquisar o que descobrir e o que fazer, pois através disto conseguir concluir a minha monografia.

A vocês todo o meu carinho.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar quais são os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência em uma escola da rede municipal de Ensino no município de Alexânia-Go. Precisamos pensar nas necessidades de um estudante com deficiência e enxergá-lo como qualquer cidadão, com suas dificuldades sim, mas também com suas capacidades e direito à educação e a viver em sociedade, frequentando escolas como qualquer outra criança. Aceitar uma deficiência, seja qual for, é aceitar também suas diferenças. Para que isto ocorra é necessário ter uma resposta organizada para suas necessidades educacionais e isso deveria ser uma das competências da escola. O processo de inclusão visa a um ensino de qualidade para TODOS. Não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, mas para todos. Mas percebemos, nesta pesquisa, que nós não estamos preparados para isso, visto que todos nós, em algum momento, já fomos excluídos de um grupo social. Se a Lei de Diretrizes (1996) garante esse direito, então, o professor que tiver, em sua sala de aula, alunos com necessidades educativas especiais deverá aos poucos romper com o modelo tradicional de educação, fazendo com que esses alunos não sejam rotulados e não se basear somente nos diagnósticos fechados e, sim, no que observa no cotidiano, respeitando as suas habilidades e individualidades, buscando caminhos que levem ao desenvolvimento dessas pessoas.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência, desafios, inclusão, escola regular.

ABSTRACT

The present study aimed to investigate what are the challenges of school inclusion of students with disabilities in a school in the municipal school in the city of Alexânia-Go. We need to think about the needs of a student with disabilities and see it as any citizen, with their difficulties, yes, but also with their ability and right to education and to live in society, attending school like any other child. Accept a disability, whatever, is also accepting their differences. For this to happen you must have an organized response to their educational needs and this should be one of the responsibilities of the school. The inclusion process aims at providing quality education to ALL. Not only for those present special educational needs, but for everyone. But realize this research that we are not prepared for it, since we all, at some point, we have already been excluded from a social group. If the Guidelines Law (1996) guarantees that right, then the teacher has in the classroom, students with special educational needs, will gradually break away from the traditional model of education, so that these students are not labeled and not based only on diagnoses closed, but as seen in everyday life, respecting their abilities and personalities, seeking paths that lead to the development of these people.

Keywords: People with disabilities, challenges, inclusion, mainstream school.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I – Memorial Educativo.....	12
PARTE II – Monografia.....	18
INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo 1.....	22
Educação inclusiva: marcos históricos e normatização da educação inclusiva.	
Capítulo 2. METODOLOGIA.....	30
2.1 Descrição da Metodologia.....	31
2.2 Análise e discussão dos dados	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
PERSPECTIVAS FUTURAS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
APÊNDICES.....	48

PARTE I
MEMORIAL EDUCATIVO.

Memorial Educativo

Este memorial é um relato de tudo aquilo que lembrei e que faz parte da escrita da minha história. Aqui está narrada a minha vida social e educacional. Faço um apanhado sobre todos os fatos que um dia contribuíram para que hoje eu chegasse até aqui, contando vitórias e, ainda, com esperanças para sonhar e obter forças para conquistar.

Nele faço um breve relato a minha origem, um pouco da minha infância e a importância da minha família na minha vida. Pessoas que estiveram próximas e, também, valores que fizeram parte da minha história que perduram até hoje.

Também falo sobre do início nos estudos, as escolas pelas quais passei os professores, experiências com o ensino, os desafios encontrados e a conquista de alguns objetivos no campo dos estudos. Destaco ainda ambiente, pessoas, brincadeiras da infância, as amizades. No ensino médio, retrato as frutíferas etapas.

Para finalizar preparei as conclusões finais onde falo sobre o valor do resgate das memórias ao preparar este memorial, os referenciais de vida e de como vi que somos capazes de evoluir através dos erros e acertos. Não há vitória sem luta.

Meu nome é Rosimar, nasci na cidade de Anápolis- GO, funcionária pública municipal, tenho 42 anos, casada há 21 anos, dois filhos. Minha infância foi marcada por muitas lembranças boas algumas relatadas pela minha mãe e outras minha consciência me permitiu lembra-las, que agora passo relatá-las e falar um pouco de alguns acontecimentos passados que de certa forma influenciaram o meu presente.

Minha família tem origem humilde, todos olham o trabalho com algo importante na vida. Foi assim que cresci apesar das dificuldades financeiras, onde o ambiente os valores e princípios sempre estiveram acima de qualquer coisa,

meus pais só me deram bons exemplos, amor e muito carinho, e hoje o que sou devo a eles.

Tive uma infância feliz. Meus pais trabalhavam e quem cuidava da casa era eu e minha irmã mais velha.

Os anos se passaram e é chegada a hora de dar início a minha vida escolar. Como toda criança eu não fugiria a regra. Minha mãe me matriculou no pré-escolar, hoje Educação Infantil. Não tenho lembranças do meu primeiro dia de aula, sei que foi na Escola Municipal Bertolínia Teixeira, aqui em Alexânia. Recordo-me pouco quando estava cursando a 3ª série, hoje 4º ano, que foi na cidade de Goiânia, na Escola Santo Antônio, uma escola pequena que tinha somente três salas de aula, localizada as margens da BR 060, muito longe da minha casa, mais ou menos uns 6 km, sem condução eu e minha irmã íamos a pé. Não cheguei nem há terminar o ano e meus pais mudaram de volta para Alexânia. Então não retomei aos estudos este ano.

No ano seguinte minha mãe me matriculou novamente na 3ª série. Recordo-me da professora Cida, muito educada e atenciosa. Havia muita cobrança quanto à memorização de leitura feita em cartilha, copias no quadro e tabuada. Não havia muitas criatividade nas aulas, era somente decorar principalmente a tabuada. Havia também o caderno de caligrafia muito cobrado, copiei tanto.

A quarta série hoje 5º ano do Ensino fundamental, cursei na mesma escola; Bertolina Teixeira, meu professor chamava Ademar. Eu gostava muito de estudar, porém as consequências da vida me fez somente concluir a quarta série e abandonar os estudos, pois tive que trabalhar para ajudar minha mãe em casa. Isso com 12 anos de idade.

Com 18 anos de idade me casei, aos 19 tive meu primeiro filho. Com o passar dos anos resolvi trabalhar, fiz concurso público municipal para merendeira, pois só tinha o ensino fundamental primeira fase, fui aprovada, comecei a trabalhar. Após um ano de trabalho, resolvi voltar aos estudos devido as influencias de colegas de trabalho. Matriculei-me na EJA, em uma escola estadual. Concluir a 5ª série, hoje 6º ano. Renovei minha matrícula para o 7º ano

no mês de agosto, mas com faltava muito aos estudos devido a conflitos em casa e por que engravidei do 2º filho, resolvi parar os estudos novamente.

Tudo aconteceu muito rápido. Dei a luz ao meu 2º filho, quando ele completou 2 anos de idade resolvi novamente retornar aos estudos, foi uma luta Matriculei-me, na Escola Estadual Nelson Santos, na EJA novamente. Comecei a estudar e mais uma vez desistir. Passou um ano e me matriculei novamente na mesma escola, estava decidida, nada iria fazer com que eu parasse com os estudos.

Agradeço a professora Rosa Norberto, hoje tutora presencial, pela força que me deu não deixando que eu desistisse me apoiando sempre, entendia e explicava para os outros professores a minha situação, pois eu faltava muito devido aos conflitos em casa. Conclui o Ensino Fundamental segunda fase, e me preparei para o Ensino Médio. Desta vez em outra escola estadual, onde não teria o apoio da professora Rosa, mas mesmo assim me matriculei. Faltava muito, principalmente nos dias em que ficavam terríveis os conflitos. Mais uma vez encontrei professores amáveis e compreensíveis que entendia minha situação, me davam trabalhos para recuperar o tempo perdido, os colegas me ajudavam no que podiam. Então conclui o Ensino Médio.

Terminando o Ensino Médio, não quis descansar, era hora de decidir se iria continuar ou parar de vez os estudos. Prestei vestibular para Pedagogia, não fui selecionada, fiquei triste, muito triste. No dia da aula inaugural no polo de apoio presencial Cora Coralina, teve um almoço no qual a cozinheira era eu. Assistir tudo imaginando o quanto queria está ali. O Professor Cristiano Urani, na época Coordenadora do polo, foi até minha pessoa dizendo para que não ficasse assim, que ainda havia uma segunda chamada, ascendendo assim minhas esperanças. Passou uma semana e o professor Cristiano me ligou dizendo que eu fui chamada. Nossa! Ninguém imagina a felicidade.

No início de minha vida universitária fiquei um pouco assustada e também indecisa em relação à profissional que queria ser, porque não estava conseguindo prestar atenção aos conteúdos, mas no decorrer do curso, fui me adaptando e compreendendo melhor as formas de trabalhos, dos professores, as quais eram

voltadas a expor oralmente nossas compreensões sobre determinados assuntos. Formas essas que nas escolas onde passei não existia, pois geralmente tínhamos que pensar como o professor.

Desde minha entrada na universidade percebi o meu crescimento como leitora, porque não tinha o hábito de ler e tampouco de refletir sobre o que estava lendo e o curso me proporcionava isso.

Com o passar dos dias, cada disciplina vencida o sonho que parecia distante estava mais próximo de se tornar realidade, adquiri muito conhecimento, aproveitei e aproveitei cada segundo, me dedico muito, mesmo passando momentos difíceis, mas nunca pensei e nem penso em desistir, pois estou determinada a concluir esse curso, um projeto que havia deixado para trás devido às consequências da vida. Confesso que às vezes fiquei pensando, e muito, se o caminho da educação é o que realmente queria para minha vida profissional.

Nos anos de 2011/2012, realizei minha prática no Ensino Fundamental 1ª fase, em uma escola municipal, esta prática me fez pensar sobre isso, e assim percebi que se cheguei até aqui é porque de certa forma me liguei à educação. E acredito que foi por conseguir me ligar a educação que consegui ter uma visão crítica na forma como o processo educacional era conduzido naquela instituição, me abalando psicologicamente, percebendo desta forma que me preocupo com a educação e sinto que foi à melhor escolha profissional que poderia ter feito.

Compreender o Estágio como um tempo destinado a um processo de ensino e aprendizagem é reconhecer que, apesar da formação oferecida em sala de aula ser fundamental, só ela não é suficiente para preparar os alunos para o pleno exercício de sua profissão. Faz-se necessário a inserção na realidade do cotidiano escolar. O que é propiciado pelo estágio e que, também, permite desenvolver competências para “saber observar, descrever, registrar, interpretar e problematizar e, conseqüentemente, propor alternativas de intervenção e de superação” (PIMENTA, 1999, p. 76).

Assim fui sendo orientada para prática dos estágios nas séries iniciais, com observação do espaço onde realizei minha prática. Após as observações realizei

a prática em turma de 1º e 2º ano., onde procurei desenvolver um trabalho coletivo, que respondesse minhas dúvidas e principalmente colaborasse para a alfabetização dos alunos.

Mais um desafio que vai me permitir errar e acertar, chorar e sorrir, aprender e ensinar, enfim vai me permitir iniciar a construir um futuro profissional de muito orgulho que busco nesta trajetória longa que está apenas começando, pois para me tornar essa profissional tenho um caminho ainda mais longo pela frente.

Hoje acredito que me encontrei nessa profissão, pois estou trabalhando em uma escola municipal, não em sala de aula, mas que me faz ver todos os dias o quanto é satisfatório ensinar, de forma prazerosa e significativa, pois eles estão no início da vida escolar e é muito importante fazer parte deste momento, dando o melhor de mim e também porque vou obter experiência para assim ser uma boa profissional.

Sinto-me orgulhosa por minha escolha universitária. Cada etapa que passa na universidade é uma conquista vencida e todas cheias de expectativas, e de certa forma são elas que me fazem seguir em frente quando na ansiedade penso em desistir, e na euforia penso em continuar.

O objetivo principal neste memorial é poder relatar como estou me construindo como profissional da educação e atentar sobre as evoluções pessoais que até este momento estão me levando a ser o profissional que quero.

Este memorial é uma forma de escrever como estou me constituindo profissionalmente. Acredito que este foi um momento bastante significativo, pois percebi o quanto passei para chegar até aqui, mesmo sendo de uma família pobre consegui desenvolver minhas aptidões através da minha própria ação sobre a aprendizagem que me foi oferecida.

Ensinar é um processo complexo, exigindo dos profissionais investimentos quanto a sua carreira. Desta forma minha visão do futuro e me aperfeiçoar cada vez mais na área da educação, pois mesmo com tanta tecnologia percebe-se que ainda há quem resista às mudanças. Apesar de estamos frente a um futuro

bastante imprevisível sei que com garra e muito esforço chegaremos a uma educação tão sonhada.

PARTE II
MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade moderna. Desenvolvida na década de 1970, ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência envolve também a família, a escola e a sociedade. Portanto, este é o foco do presente estudo: os desafios destas pessoas com deficiência na classe regular de ensino na rede municipal de educação. Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas, o acesso à escola, as dificuldades encontradas entre alunos, professores e demais profissionais da educação e o acesso às novas tecnologias.

Assim, pretende-se avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da classe comum, em que a maioria deles não apresenta tais necessidades. Acredita-se que essa situação traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimento desses alunos. O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores estão despreparados para atender a essa clientela. A escola, no transcorrer da sua história, se caracterizou pela visão elitista da educação onde a escolarização é privilégio de um grupo – uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidenciou o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões normais da escola.

Segundo Maria Antonia Ramos de Azevedo e Gracilliani Rosa da Cunha, a prática da exclusão é a constatação de que a escola como está, quer a padronização das pessoas, em critérios dominantes. É necessário e urgente que o projeto político pedagógico seja construído e reavaliado constantemente, visando às singularidades dos indivíduos, pois não basta assegurar o acesso à escola para todos, é fundamental ainda garantir a permanência destes educandos, sejam eles portadores de necessidades educativas especiais ou não. Cabe a nós, enquanto educadores, respeitarmos as diferenças, aceitarmos os desafios, sermos

comprometidos e competentes para atendermos a todos em suas diversidades, sem qualquer tipo de distinção; ao invés de reforçarmos as diferenças, devemos enfatizar as potencialidades de cada indivíduo.

Este está sendo um dos maiores desafios à conscientização da sociedade e educadores quanto ao seu papel social. Portanto, não se acredita não haver uma sequência ideal de aperfeiçoamento, atividades ou experiências que atenda apropriadamente todos os alunos, mas não significa que seja impossível adequar-se, preparar um currículo que possa satisfazer a um conjunto de alunos, mas que diferentes maneiras de atuar com os alunos, de desenvolver os componentes curriculares, de combinar as situações de ensino e aprendizagem devem ser efetivadas a fim de conduzir ao ponto comum almejado.

Foi por este motivo que sendo a inclusão uma obrigatoriedade no setor educacional, e por emergir em diversas discussões da área educacional que este tema surgiu, com o intuito de investigar quais são os desafios da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas de Ensino Regular Comum. No entanto, ao se falar em inclusão, é preciso levar em conta que inclusão trata-se de um processo essencial à vida humana em sociedade. A palavra inclusão recebe dois significados distintos na educação: um, quando possibilitamos às pessoas com deficiência iguais oportunidades de aprendizado, e outro quando se pensa no conceito de educação inclusiva, esta não é apenas a simples inserção da criança dentro da sala de aula, e sim a criação de uma escola em que as pessoas com ou sem deficiências possam conviver e estudar, aprendendo a lidar com a diversidade. E assim buscarei conhecimentos teóricos, pois os mesmos trazem contribuições importantes e permitem ao profissional fundamentar suas ações.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios encontrados no processo de inclusão de estudantes com deficiência em uma escola da Rede Municipal de Ensino em Alexânia, Goiás. E como objetivos específicos investigar se existe resistência ao processo de inclusão por parte dos educadores (visto que a deficiência, muitas vezes, é vista como sinônimo de inferioridade e incapacidade); pesquisar quais são os dispositivos utilizados na inclusão do aluno com deficiência e, finalmente, analisar a formação oferecida aos professores em programas específicos à área da deficiência.

CAPITULO I

Educação Inclusiva: marcos históricos e normatização da
educação inclusiva.

O movimento em favor da Inclusão escolar não seria uma novidade se continuasse reduzindo a diferença à identidade. O propósito desse movimento não é identificar e legitimar as diferenças, defendendo-as a partir de códigos, avaliações e categorizações que desencadeiam a segregação e a criação de grupos marcados por uma identidade.

Se a educação acontece como agente de transformação para todos, acredita-se ser fundamental para os indivíduos com deficiência. A criança com deficiência a tem como uma de suas características, portanto, é evidente a complexidade e a importância de sua educação. Deduz-se que as dificuldades do aluno com deficiência, não são apenas inerente à sua condição física ou intelectual, mas fruto de uma expectativa social e histórica.

Tendo em vista o caráter de explicar os fatos do presente trabalho, buscou-se fundamentá-lo na pesquisa empírica, tomando como referencial alguns teóricos como: ANDRADE (1997), VOIVODIC (2008), MANTOAN (1988), entre outros; correlacionando-os com o questionário semiestruturado, abordando os dados empíricos dos professores que atuam na escola municipal, situadas em Alexânia - GO.

Este estudo visa conhecer e investigar quais as questões mais comuns no discurso docente quando esses acompanham os processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência.

Esta pesquisa terá relevante contribuição para os profissionais da educação que atuam em sala de aula do ensino regular e trabalha com alunos com deficiência, fazendo valer a educação inclusiva na rede de ensino regular e também aos docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que muitas são as dúvidas apresentadas sobre o tema abordado.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.7-17) analisada do ponto de vista histórico e conceitual, não pode e nem deve ser definida como um movimento passageiro ou mero modismo. A discussão sobre inclusão social deixa de ser uma preocupação dividida entre governantes, especialistas e um grupo delimitado de cidadãos com alguma diferença e passa a ser uma questão fundamental da sociedade. E neste contexto a

escola não se constitui de maneira diferente, ela sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar melhor com a diversidade do público que deve atender. Na busca desta perspectiva se evidenciam inúmeros esforços teóricos, técnicos, políticos, operacionais e didáticos para a construção de uma educação inclusiva que participe das transformações que um processo como este implica.

Ao longo da história, pode-se facilmente identificar tipos de percepção a respeito das pessoas com deficiência. Quando nos deparamos com as diferenças, algumas atitudes revelam não somente as crenças e os valores individuais, mas também o contexto social em que vivemos.

A luta pelos direitos humanos iniciou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Em 1960, na Suécia, pela primeira vez crianças deficientes foram introduzidas em classes do ensino comum. Tais direitos foram revogados nos movimentos sociais da mesma década, na França, com a Pedagogia Institucional, com uma nova visão da educação. Assim, afirma Voivodic (2008, p.22) “Essa Pedagogia foi a primeira a perceber a importância do contexto educacional do aluno, revelando que, dependendo da forma como é trabalhado na escola, ele pode desenvolver ou não”.

Desde meados das décadas de 1980 e 1990, inicia-se no contexto internacional um movimento realizado por profissionais da educação, pais e as pessoas com deficiência, que lutam contra a ideia de que a educação especial, embora colocada em prática junto com a integração escolar, estava separada em um mundo à parte. Cabe destacar a este respeito, como passo prévio à inclusão, o movimento que aparece nos Estados Unidos da América (EUA), denominado “Regular Education Initiative” (REI). Cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência, com a proposta clara de que todos os alunos, sem exceção, na classe de ensino regular, deve receber uma educação eficaz.

Como continuação desse movimento (REI), outros países aderiram a tais ideais, surgindo então o movimento de integração escolar. Pesquisadores na área da educação da época apontavam críticas ao sistema dual de educação, salientando a sua injustiça e ineficácia, realçando a necessidade da fusão dos dois sistemas de ensino, especial e regular em um só.

No Brasil, o movimento de inclusão é proveniente de diferentes influências, conforme nos informa Voivodic (2008):

- Liga Mundial pela Inclusão que surgiu nos países europeus na luta contra a exclusão dos deficientes que ficavam isolados em instituições especializadas com educação de caráter segregacionista;

- Liga Internacional pela inclusão do Deficiente Mental, que teve origem na Bélgica, estendendo-se pela Europa, África, Indonésia, Índias, Austrália, Hong-Kong e Américas, com objetivo de estimular o desenvolvimento da criança com deficiência mental e pudessem frequentar escolas regulares;

- A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca no ano de 1994, firmando o compromisso com a educação para todos. Ficando decidida a inclusão de criança, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação, onde a escola deve incluir a todos, reconhecendo a diversidade, atendendo a necessidades de cada um e promovendo sua aprendizagem. (VOIVODIC, 2008, p 23-24).

Percorrendo um pouco mais o histórico da educação especial no Brasil, observa-se que o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto de Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. (Brasil, 2008, p.07-17).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (Brasil, 1961, s/n).

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável, quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas. (Brasil, 1971, s/n).

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil (BRASIL, 2008). Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem. (BRASIL, 2008 p 7-17)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Cap. IV, Art. 53, diz que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No Art. 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990, p 58).

Cabe destacar a Convenção dos Direitos da Criança, realizada em Nova York em 1989; A Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1999; A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca (Espanha), em 1994, e a mais recente no ano de 2000, acontecida em Dakar (Senegal), com o título de Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos. (BRASIL, 2008, p 7-17). A partir desses marcos legal é publicada (1994) a Política Nacional de Educação Especial, orientando processo de integração e acesso às classes comuns do ensino regular aos alunos que possuem condições de acompanhar e de desenvolver as atividades curriculares propostas para o ensino comum, no mesmo ritmo que os demais.

A Declaração de Salamanca (1994) contribuiu de maneira incisiva para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo. Nessa conferência participaram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular. Com este fim, estabeleceram um plano de ação cujo princípio norteador mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independente das suas condições físicas, sociais, emocionais e outras. (BRASIL, 1994, s/n).

A escola está frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, inclusive àquelas que têm deficiências, e também havendo a necessidade de adaptar a aprendizagem, o ambiente, métodos e tudo o que for necessário para que este público seja alcançado. Nessa perspectiva, esta Declaração proclama:

- Todas as crianças têm direito à Educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;
- As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atividades discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos. (BRASIL, 1994, s/n).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no art.59, preconiza que:

- Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específica para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingem o nível exigido para a conclusão

do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. (BRASIL, 1996, s/n).

Acompanhando o processo de mudança, as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no art. 2º, determinam que:

– “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, s/n).”

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas de Classes Comuns da Rede Regular (Brasil, 2004, p 12), com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Sinais desse processo de construção são visíveis e crescentes nas escolas, na mídia, nos programas governamentais, entre outros. No Brasil, os resultados ainda são pequenos, porém animadores, pois a cada dia um novo grupo surge desejando conhecer e aplicar a metodologia da inclusão escolar. Partindo do pressuposto de que toda criança, com ou sem deficiência, tem o direito de estudar juntas para crescer como cidadão capaz de conviver em uma sociedade sem discriminação e preconceito, a inclusão não é somente para os alunos com deficiência, mas para todos os alunos, educadores, pais e comunidade.

Para Vygotsky (2007, p. 98) as ações imitativas são oportunidades de a criança realizar o que está além de suas próprias capacidades, o que contribuirá para o seu desenvolvimento: “o que a criança pode fazer hoje com auxílio poderá fazê-lo amanhã por si só”. Ele defende ainda a importância do educador nesse processo, onde o professor deve assumir o papel de interlocutor mais experiente, intervindo, ajudando o aluno a confrontar seus modelos com o modelo do outro e, a partir desse confronto, chegar à compreensão das diversidades encontradas. Essa compreensão vai depender do modo emocional em que o aluno se encontra e, com

isso, somente com afetividade ele terá um verdadeiro aprendizado, pois sem esse carinho não há conquista do ensino e nem tampouco da aprendizagem. E é nessa afetividade que o professor encontrará no aluno o interesse pelo aprender. Embora o ritmo de aprendizagem dos alunos com deficiência se diferencie por requererem um período mais longo para aquisição da aprendizagem, as estratégias de ensino para esses alunos podem ser as mesmas utilizadas com os demais.

O desafio atual da escola como mediadora comprometida com a inclusão social é mediar às situações de ensino-aprendizagem junto aos professores, a fim de facilitar a inclusão da criança com deficiência, tendo em mente também que em tal perspectiva as diferenças entre as necessidades educacionais comuns se tornem cada vez menores, até o ponto em que as necessidades singulares de cada educando possam ser percebidas pela escola de ensino regular comum com qualidade. Portanto, “Não há como programar processos de inclusão que vise oferecer, de fato, escolarização de qualidade sem efetivos serviços de apoio ao trabalho docente efetuado nas escolas regulares”. (BUENO, 2001, p.26).

CAPÍTULO II

Metodologia

O tema “Os desafios da inclusão escolar de estudantes com deficiência”, abordado nesta pesquisa partiu da observação realizada durante os estágios por mim dentro de uma perspectiva inclusiva como parte integrante da disciplina projeto IV – Educação Inclusiva.

Partindo das seguintes indagações construímos os objetivos que seguem no capítulo dois deste trabalho.

- Como se dá a entrada de estudantes com deficiência na escola comum, e quais são os desafios mais frequentes levantados pelos educadores?

- Analisar se os professores se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência.

2.1. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória de campo, com análise qualitativa, com a finalidade de obter maior detalhamento sobre o tema, uma vez que neste método pode se obter uma maior descrição sobre os dados coletados. Uma das características do método qualitativo é o conhecimento do significado que as pessoas designam as coisas, sendo que a perspectiva dos participantes é o foco principal dessa pesquisa.

Neste sentido, Andrade (1997) afirma que a pesquisa de campo é utilizada com intuito de levantar informações ou conhecimento acerca de um problema ou hipótese, para qual se procura uma resposta, com o objetivo de descobrir ou comprovar fenômenos.

CONTEXTO DA PESQUISA

O local escolhido para a realização da pesquisa foi uma Escola Municipal localizada na zona urbana em Alexânia-Go. Atende 290 alunos do 1º ao 5º ano do

Ensino Fundamental. Sua clientela são alunos do próprio setor e também de outros setores adjacentes; com idades de 5 a 14 anos. A escola possui 05 turmas no turno matutino, de 7:00 às 11: 25 e 05 turmas no turno vespertino, de 13: 00 às 17: 25. É uma escola de grande porte. Têm cinco salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática, uma sala de coordenação, secretaria, banheiros adaptados para os alunos e dois não adaptados para funcionários, cantina e um pátio para a recreação dos alunos, com entrada e saída adaptadas. A escola é composta por 30 funcionários entre professores, secretários, coordenadores e auxiliar de serviços gerais. Todos os professores possuem graduação, embora parte deles não possuem curso de Magistério, somente em áreas específicas, e 90% são efetivos e já trabalham há muito tempo na escola.

Seu prédio foi construído especialmente para a escola, com um pavimento, cinco salas de aula, não tem ambiente especial, com banheiros acessíveis, rampa na porta de entrada.

SUJEITO DE PESQUISA

Para a realização da pesquisa foram entrevistados 03 (três) sujeitos: professora, diretora e coordenadora. Estes profissionais foram escolhidos de acordo com o perfil das turmas, sendo que a prioridade para a escolha foi de trabalhar com turmas que tivessem o maior número de crianças com NEE. E o quadro de turmas era 1º ano composta por 35 alunos, sendo 01 com deficiência intelectual. A turma do 3º ano composta por 35 alunos, sendo com um aluno com Transtorno Déficit de Atenção, e o restante não apresentava dificuldades. Foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (Apêndice I), para autorização da instituição que foi assinada antes no início da coleta de dados.

INSTRUMENTO

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturadas. A entrevista semiestruturada foi realizada mediante a utilização de um formulário com 05 questões (Apêndice II) que norteou a pesquisadora durante todo o desenvolvimento deste estudo. Na perspectiva apresentada por Andrade (1997), a entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teoria e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto a novas que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira os participantes da pesquisa, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começam a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

COLETA DE DADOS

A entrevista deu-se na própria escola, nos dias em que os professores faziam seus planejamentos. Primeiro ocorreu a apresentação da pesquisa e a entrega do Termo de Consentimento. A entrevista foi feita com questionários. Cada entrevista teve a duração de 20 minutos e foram realizadas em duas semanas.

QUESTIONÁRIO ABERTO

Foram estruturadas questões abertas, onde os sujeitos da pesquisa deveriam colocar seu ponto de vista e a sua realidade; o mesmo foi respondido na ausência do pesquisador.

Este instrumento foi aplicado como forma de fornecer respostas com maior objetividade e rapidez, para então serem analisados os dados já obtidos,

concordando ou discordando das argumentações utilizadas na fundamentação teórica.

No questionário os profissionais foram solicitados a manifestar quais eram os desafios da inclusão de estudantes com deficiência em sua escola dentro do seu âmbito escolar, como lidar com esses desafios e qual seu papel desenvolvido ali em se tratando desses desafios.

O questionário é uma das técnicas empregadas para obtenção de dados em uma pesquisa de qualidade, considerando uma das técnicas na pesquisa social.

QUESTIONÁRIO FECHADO

Os sujeitos pesquisados neste trabalho tratam-se de cinco do sexo feminino. Este dado corresponde ao número de pessoas escolhidas para a pesquisa, isto é, a diretora, a coordenadora e professores.

Todos os profissionais entrevistados possuem nível superior completo, porém somente dois em Pedagogia.

QUANTO AO SERTOR/ÁREA E FUNÇÃO DE ATUAÇÃO

Dos cinco entrevistados, um refere-se a quem chamamos de:

“P1” que tem como função diretora da escola.

“P2”: a coordenadora, a qual atua na área de aprendizagem, construindo estratégias de organização da escola, gerindo e norteando professores e alunos direcionando-os aos objetivos e metas da escola.

“P3, P4, P5”: professores atuam como mediador do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem.

TEMPO DE SERVIÇO

Em relação ao tempo de exercício na profissão, a diretora está na função há três anos, eleita por voto; enquanto a pedagoga nomeada pela diretora está atuando nesta escola há quatro anos e os professores entre quatro e cinco anos nesta escola.

2.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Após a obtenção dos dados, através da entrevista semiestruturada e aplicação dos questionários, se fez uma triangulação dos dados, buscando o aporte teórico para compreender e interpretar as falas dos sujeitos entrevistados, como no caso de Ludker (1986, p.45), o qual nos informa que, analisar os dados quantitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica num primeiro momento, a organização de todo material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele a tendência e padrões relevantes.

A pesquisa de campo realizada em uma escola da rede pública municipal de Alexânia, através da qual se constatou que as dificuldades enfrentadas são muitas, porém a que mais prejudica a inclusão escolar é a falta de preparação dos professores e demais funcionários da escola. Mas a mesma procura, na medida do possível, fazer um trabalho não apenas de integração, mas de inclusão.

O capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58, § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que

necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

Atualmente, já se tornou uma realidade, nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola de classe comum, onde se espera a adaptação da mesma em se preparar para receber todo tipo de aluno com suas necessidades especiais e, devendo também preparar seus materiais, sua estrutura e seu corpo de professores e funcionários para atender esse aluno. Mas o que se vê realmente é só o quantitativo, pois a escola não tem materiais necessários para atender a este tipo de aluno, não tem estrutura adequada, onde os mesmo possam se locomover livremente, nem mesmo seu quadro de funcionários está preparado para atender esses alunos, sentindo-se incapazes até mesmo de conhecer um aluno que tenha algum tipo de deficiência a qual não seja física. São estes os desafios encontrados. Mesmo a escola tentando lidar com esses desafios, tentando adaptar esses alunos ao seu meio, não é tarefa fácil, se veem diante de uma tarefa impossível, se trabalhar sozinhos.

Nesta etapa do trabalho serão apresentados os resultados do questionário aplicados aos professores, diretora, coordenadora, que serão identificados como D.1, diretora , C.1, coordenadora e P.1, P2, P3 professores; Veja abaixo:

1. Você considera que o processo de inclusão está acontecendo nas escolas?

Para obter uma aprendizagem escolar, é preciso primeiramente relacionar-se com o outro, integrar-se ao convívio social, então, cabe ao professor fazer essa relação de integração do aluno com deficiência com os demais colegas de turma para que haja um bom relacionamento entre ambos. Seguem os depoimentos dos profissionais questionados sobre a inclusão dos alunos ditos normais com os alunos com deficiência.

P1: “Em parte sim. Os alunos estão sendo incluídos dentro das escolas, mas de uma forma desordenada, sem preparar o professor para receber a diversidade de alunos”.

P2: “Sim. Mas de forma perversa, fazendo estes alunos e professores sofrerem, pois eles não têm a educação especial esperada e nós, professores, não

nos constituímos como mediadores desejados devido à falta de formação continuada”.

P3: “Se incluir for só matricular estes alunos nas escolas, sim, considero”.

D1: Para que haja realmente um processo de inclusão, os governantes teriam que investir mais na educação dos profissionais, onde os mesmo se aperfeiçoariam na área em questão.

C1: “Não tem como incluir se os profissionais que lidam diretamente com esses alunos não se sentirem incluídos também”.

2. - Quais são os desafios encontrados e enfrentados no dia-a-dia para garantir a inclusão dos estudantes com deficiência?

P1: “Um dos principais desafios são as famílias, pois as mesmas acreditam fielmente que este processo de inclusão está realmente acontecendo, não procuram seus direitos e nem mesmo entender o que realmente significa inclusão.”.

P2: “Um do maior desafio é a falta de capacitação dos professores, apoio da política local e da família”.

P3: “A falta de capacitação dos profissionais”.

D1: “Sou gestor desta escola e, dentro da perspectiva de inclusão, acredito que o maior desafio seja qualificar os professores e a inclusão da família também”.

C1: “Além de capacitar os professores, colocar no quadro de pessoal profissional especializado na área, um currículo que abrange este tipo de alunado, condições especiais físicas e psicológicas, acredito que outros desafios seriam mais fáceis de resolver”.

03. Quais são as ações de formação docente oferecida aos professores para ajudar na efetivação da inclusão na rede municipal de ensino?

P1: “O FNDE oferece cursos na plataforma Freire. Porém, são cursos que se precisa de tempo disponível para se aperfeiçoar. A Secretaria de Educação não oferece nenhum curso em relação à inclusão”.

P2: “As ações são somente na teoria, na prática mesmo, somente há cobrança”.

P3: “Não existe ações que façam o professor se aperfeiçoar. Há tempo desenvolveram uma ação com curso na área, mas as inscrições eram limitadas e com horários improváveis para que os professores pudessem se inscrever”.

D1: “Desconheço alguma ação de formação docente que almeje a qualificação deste profissional vinda da Secretaria Municipal de Educação”.

C1: “As ações de formação docente oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação se existem estão guardadas, o que realmente existe é cobrança para que matricule estas crianças almejando um quantitativo de alunos, não importa o grau de dificuldades que eles encontram para se adequar e nem mesmo o professor para ensinar”.

04. Assinale dentre as categorias abaixo aquelas com as quais teve/tem contato como professor (alunos em sala de aula regularmente inscritos nesta Instituição de Ensino):

- 1. Deficiência visual (cegueira, baixa visão)
- 2. Surdez.
- 3. Paralisia cerebral
- 4. Deficiência Física (uso de cadeira de rodas, próteses, muletas)
- 5. Superdotação (altas habilidades)
- 6. Síndromes
- 7. Psicoses ou autismo

P1,P2, e P3 responderam às mesmas questões.

05. Sugestões para melhorar o processo de inclusão de alunos com deficiência.

O professor nunca deve estar satisfeito com sua formação, sempre está se especializando, pesquisando, principalmente quando se trabalha com inclusão, está buscando melhorar a sua prática a cada dia.

Vejamos algumas sugestões desses profissionais:

P1: “Capacitação dos educadores para entender o mundo do deficiente”.

P2: “Cursos e uso de Libras, por todos da comunidade escolar”.

P3: “Que todos os funcionários da escola, principalmente os professores da sala comum, se capacitassem na área, pois a inclusão é para todos, não basta apenas professores se especializarem”.

D1: “Que não se estacione somente com a garantia da lei. Com certeza, a lei é sim, uma forma de começarmos as mudanças. Mas, que a inclusão vá além das leis e dos espaços definidos como regular ou especial, professor e aluno”.

C1: É necessário e urgente um repensar sobre o papel da escola, na construção dessa escola inclusiva, em relação ao significado de algumas terminologias que permitem rótulos como deficiência, incapacidade, retardo e tantos já vistos na história, buscando desvincular as dificuldades das reais potencialidades da pessoa.

Como resultado, constatou-se que os professores expressaram várias dificuldades envolvidas nesse processo, nas quais o desafio maior é a qualificação adequada para lidar com este tipo de aluno. A falta de formação específica do professor; a falta de infraestrutura e recursos materiais e didáticos necessários faz com que professores comecem a procurar culpados para o fracasso da inclusão, atribuindo essa culpa na escola, políticos, gestores, familiares. A dificuldade de comunicação ao ensinar, a dificuldade em planejar, o não conhecimento em relação às necessidades educacionais especiais, a incompreensão dos familiares causam um transtorno mental visível nos professores.

O que ficou claro é que os professores estão cientes de que não estão preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisam do apoio de especialistas. Reconhecem ainda, que sabem da importância de uma educação democrática, que atenda

satisfatoriamente à totalidade dos alunos, mas apontam que os órgãos administrativos competentes devem tomar as providências necessárias, incluindo não só a participação ativa do educando, mas também dos educadores, pois o mesmo é um dos fatores principal para o sucesso da inclusão escolar do aluno com deficiência.

Sabe-se que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Todavia, esperamos que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decedentes do atendimento às pessoas com deficiência. Entretanto, um dos pontos focais para que de fato se concretize, é que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação.

Lembrando que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse momento da pesquisa surge a partir de uma investigação qualitativa e de diálogo com diversos autores teóricos e práticos, não aponta para um encerramento, mas sim para a possibilidade de novos questionamentos, assim apresento a seguir algumas considerações.

No Brasil, a política de inclusão escolar e social é reconhecida a partir do direito de todos os alunos matricularem-se na rede regular de ensino, de qualquer estado ou município.

Essa política determina que as escolas devam estar aptas a trabalhar com as diferenças. No entanto, o que se observa é que a adaptação desses alunos é muito difícil. Principalmente, pela má preparação dos professores e conseqüentemente, de toda a instituição, que ainda pensam que as adequações necessárias cabem apenas aos estudantes, quando sabemos que a sociedade e a escola devem se adequar a todos.

Felizmente, o número de brasileiros que apresentam alguma deficiência e buscam as escolas regulares está crescendo. O aumento da chamada educação inclusiva está aumentando a cada ano que passa, procurando se fortalecer e se consolidar.

A recomendação para que pessoas com deficiência sejam educadas na rede regular de ensino está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

A inclusão cresce realmente a cada ano e o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos também acompanha esse crescimento. O que se busca é uma escola em que os alunos aprendam a conviver com a diferença e se tornem cidadãos solidários. O professor é fundamental nesse processo, pois é ele quem conduzirá sua aula para que essa realidade aconteça.

A Educação Inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos, igualmente, o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e

contribuindo para a eliminação de preconceitos. Esse é um processo que se desenvolverá a partir de desafios a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos os educandos em escolas de ensino regular. A escola deve ser um lugar onde essas crianças desenvolvam a sua autoconfiança para que possam falar sobre seus desejos sozinhos, sem que outra pessoa diga isso por elas, construindo um futuro dentro de suas ocupações sociais, juntamente com seus colegas.

Percebe-se que atitudes discriminatórias persistem na sociedade devido à falta de informação e a pouca convivência com sujeito com deficiência.. A resposta educativa à diversidade e à igualdade em educação é, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da atualidade.

Concretizar realmente a inclusão é um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Tais mudanças não são tão simples e fáceis já que as pessoas beneficiadas foram historicamente injustiçadas, marginalizadas e excluídas da sociedade, e, em consequência, da escola.

Alcançar os objetivos da prática educativa requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

A falta de preparo dos professores é um dos maiores empecilho, mas não é fator determinante para a não integração do aluno com deficiência em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos – o que ensina e o que aprende – resulta em reconhecer possibilidades e limitações entre ambos.

É importante que todos os alunos de uma sala de aula, com deficiência ou não, recebam um atendimento diferenciado já que todos nós temos “nossas limitações”.

Os profissionais da área da educação precisam estar atentos para as particularidades da aprendizagem de cada aluno com deficiência, respeitando-os e

atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos de todos os demais alunos dentro de uma sociedade igualitária.

É fundamental que se compreenda que a inclusão de qualquer cidadão com deficiência ou não, é condicionada pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, após na escola, com todos os seus segmentos: funcionários, educadores, orientação, direção e também os órgãos governamentais.

Na esfera social é imprescindível destacar a necessidade de se rever à concepção sobre o aluno com deficiência, o papel da escola e dos professores, seja pelas pessoas individualmente, pela família, por grupos organizados para resguardo da cidadania, pelos serviços estruturados, pelas campanhas de esclarecimento da população, etc., e, ainda é preciso redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos, da ação governamental global, dos investimentos financeiros, etc., a partir da visão dinâmica das condições dos desafios encontrados pelos professores e da pessoa com deficiência.

O aluno com deficiência não deve ser estigmatizado como aquele que não aprende e que não tem nada a ensinar, visto pelo ângulo da falta de formação do professor. Como cidadãos de uma sociedade que se diz democrática, deve-se defender uma educação de qualidade e igualitária. E essa procura não permite qualquer exclusão, sob qualquer pretexto. No entanto, é preciso também que, para além dos ideais e das garantias legais, procure-se conhecer as condições reais de nossa educação escolar, principalmente a pública e obrigatória.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência, sobre o foco de um mediador conhecedor do assunto. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que saiba que direção tomar para estimular a participação; uma sociedade que abrigue e aprecie a diversidade humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam seu potencial. Para que isso se torne real, seu início tem que vir da escola.

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento, porém a escola não tem profissionais capacitados. Então, o maior desafio é a qualificação dos professores antes mesmo da inserção dos alunos com deficiências, pois não está acontecendo de fato um processo de inclusão, mas sim um processo mútuo de exclusão.

Mas enquanto isso, para que esse processo de exclusão mascarado como inclusão não continue acontecendo, estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial dessas pessoas com deficiência. Sendo ainda fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com deficiência estão envolvidos, além da própria criança e educadores, seus pais.

Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças.

Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e se renovando.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Diante de uma formação acadêmica voltada para Pedagogia, na qual o pedagogo estuda baseado no futuro educacional de crianças e adolescentes, minhas perspectivas futuras se desenvolvem de forma voluntária a pensar em como ajudar para uma educação de qualidade.

Em meio a uma vida turbulenta sem muitos ensinamentos teóricos, apenas vivenciando na prática, pude perceber, através do curso de Pedagogia na FE UAB/UnB, que um aprendizado de qualidade quando criança influencia muito no processo de desenvolvimento de um cidadão. Então, baseado no que aprendi neste curso, percebo que posso ajudar nesta educação.

De início este não era meu foco, pensava apenas em obter um diploma para conquistar um trabalho melhor, mas com o decorrer dos anos, fui percebendo que não somente quero concluir este curso, mas também fazer uma especialização em Psicopedagogia e prestar concurso no Estado na área da educação. Não pretendo parar enquanto não perceber que contribuí para o desenvolvimento do futuro através das nossas crianças. Penso muito em fazer gestão de uma escola e para isso sei que tenho muito a aprender ainda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ANDRÉ, Marli E. D. A; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 1986. (Temas Básicos da Educação e Ensino).

AZEVEDO, Maria Antônia Ramos de. CUNHA Gracilliani Rosa da. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola**. Disponível em [http: www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br](http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br). Acesso em 23/02/2013.

BUENO, J.G.S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo: v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

Declaração Internacional de Montreal de 05 de junho de 2001. **Sociedade inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar o que é? por que? como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PIMENTA, Selma Garrida (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente.** In: Interação entre aprendizado e desenvolvimento (Cap. 06). 7º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 87 – 106.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

APENDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de Identificação

Nome (Iniciais)

Idade:

Sexo:

Há quanto tempo atua na área?

Roteiro:

QUESTIONARIO

- 1- Você considera que o processo de inclusão está acontecendo nas escolas?
 - 2- Quais são os desafios encontrados e enfrentados no dia-a-dia para garantir a inclusão dos estudantes com deficiência?
 - 3- Quais são as ações de formação docente oferecida aos professores para ajudar na efetivação da inclusão na rede municipal de ensino?
 - 4- Assinale, dentre as categorias abaixo, aquelas com as quais teve/tem contato como professor (alunos em sala de aula regularmente inscritos na instituição de ensino):
 - () Deficiência visual (cegueira, baixa visão)
 - () Deficiência auditiva (surdez moderada, grave)
 - () Paralisia cerebral
 - () Deficiência Física (uso de cadeira de rodas, próteses, muletas)
 - () Superdotação (altas habilidades)
 - () Síndromes () 7. Psicoses ()
- Outras _____

APENDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação:

Título do projeto: “Os desafios da Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiência”

Pesquisador responsável: Rosimar Garcia Mendes, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília e Universidade Aberta do Brasil, curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Telefones para contato: (61)33072130

Nome do voluntário:

Idade: _____ anos

R.G.

Responsável legal (quando for o caso): _____

R.G. Responsável legal: _____

O/A Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Os desafios da Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiência” , de responsabilidade da pesquisadora Rosimar Garcia Mendes, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues. Tendo como objetivo Identificar quais são os desafios encontrados para a inclusão de deficientes nesta escola. Ao participar deste estudo o/a Sr. (a) permitirá que o pesquisador atinja o objetivo proposto, afim de contribuir com a melhora da aprendizagem. O/A Sr. (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto acima citado e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa a Sr. (ª) não terá nenhum benefício direto.

O Sr. (ª) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Eu, _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.
